

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 23 a 27 de agosto, em Brasília.

BASE MOBILIZADA, PRESSÃO EM ALTA & REFORMA TRIBUTÁRIA EM XEQUE

Na tentativa de manter a base mobilizada, o Governo pode comprometer sua agenda legislativa. Ao pedir o impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do STF, o Presidente da República responde aos anseios de parcela de seus apoiadores, mas intensifica os conflitos entre os Poderes e coloca em risco a aprovação de sua pauta prioritária, uma vez que os embates podem dividir a base aliada dentro do Congresso.

Como reação a Bolsonaro, diversos partidos já manifestaram apoio ao STF. Além de o presidente do tribunal ter emitido uma nota em defesa de Moraes, partidos políticos, dentre os quais PSDB, DEM e MDB – e as legendas de oposição – também criticaram o pedido de impeachment feito por Bolsonaro. A posição desses partidos pode ter impacto sobre suas respectivas bancadas parlamentares, com o potencial de isolar o chefe do Executivo politicamente – o que abre espaço para novas derrotas, como ocorreu na PEC do voto impresso.

Além disso, o clima em Brasília já repercute na economia e nos estados. O otimismo moderado quanto à recuperação econômica tende a desaparecer diante de um cenário de inflação em alta e consequente aumento na taxa de juros. A tensão entre os Poderes também já produz seus efeitos nos estados, tendo em vista a convocação de atos a favor do Governo Federal para o feriado

de 7 de setembro – *nesta segunda (23), o governador de São Paulo afastou o comandante da PM do estado por declarar apoio à convocação e 24 governadores já pediram uma reunião com o Presidente para reduzir o clima de animosidade.*

Em outra frente, o Planalto também se preocupa com as consequências do veto à ampliação do fundo eleitoral. Após vetar o aumento das despesas para financiamento de campanhas políticas no ano que vem, o Executivo deverá monitorar de perto como sua decisão afetará a base aliada, que apoiou a ampliação do fundo – *as negociações em torno de um valor intermediário serão mais uma tarefa da articulação do Governo nas próximas semanas.*

Nesse ambiente pulverizado de prioridades políticas, projetos importantes podem ficar estagnados. Adiado pela terceira vez na semana passada, a reforma do imposto de renda segue sem previsão de aprovação. Em virtude das dificuldades apontadas pelo setor produtivo e pelos entes federados, a avaliação é de que a aprovação do projeto na Câmara pode ter um alto custo político e econômico – *além de não estar garantida a aprovação pelo Senado.* Por essa razão, considerando as necessidades mais urgentes do Executivo, a tendência atual é de que o Planalto concentre esforços para garantir a aprovação de matérias que lhe garantam fôlego orçamentário, como a proposta que permite o parcelamento de precatórios a partir de 2022.

Destaques da Semana

Terça

- O Plenário da [Câmara dos Deputados](#) pode votar o [PL 2337/2021](#), parte da Reforma Tributária, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos;
- Abertura da [XX Marcha dos Legislativos Municipais](#), evento anual promovido pela União dos Vereadores do Brasil (UVB), em Brasília;
- A [CCJ sabatina Augusto Aras](#), para recondução ao cargo de procurador-geral da República.

Quarta

- A [Comissão Temporária COVID-19](#) recebe o ministro **Paulo Guedes** (Economia), para debater a situação fiscal e a execução orçamentária no combate à pandemia.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do Presidente - Jair Bolsonaro participou, nesta segunda (23), de reuniões com os ministros Bento Albuquerque (Minas e Energia), Onyx Lorenzoni (Trabalho), Ciro Nogueira (Casa Civil), e Luiz Eduardo Ramos (SG-PR). Ademais, reuniu-se com o subchefe de assuntos jurídicos, Pedro Cesar Sousa (SG-PR).

Casa Civil

Agenda do Ministro - Ciro Nogueira reuniu-se, nesta segunda (23), com o presidente Jair Bolsonaro.

ME

Ministério da Economia

Agenda do ministro - Paulo Guedes reuniu-se, nesta segunda (23), com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Além disso, participou de reuniões com o secretário Jose Tostes (Receita Federal) e secretária Martha Seillier (Parcerias de Investimentos). Ademais, participou da 41º Congresso Internacional da Propriedade Intelectual da ABPI, sobre as perspectivas da economia e a importância da propriedade intelectual.

BACEN Banco Central do Brasil

Agenda do presidente - Roberto Campos Neto reuniu-se, nesta segunda (23), com o ministro Paulo Guedes (Economia) e equipe econômica. Ademais, reuniu-se com dirigentes de instituições financeiras privadas para tratar de temas estruturais e conjunturais do sistema financeiro nacional.

Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2021 subiu de US\$ 69,70 bilhões para US\$ 70 bilhões de resultado positivo.

Boletim Focus – Para o IPCA, a inflação oficial do país, a expectativa do mercado para este ano subiu de 7,05% para 7,11%. No caso do PIB 2021, os economistas do mercado financeiro reduziram estimativa para o crescimento de 5,28% para 5,27%. O mercado financeiro manteve em 7,50% ao ano a previsão para a Selic no fim de 2021.

BNDDES Banco Nacional do Desenvolvimento

Agenda do presidente - Gustavo Montezano reuniu-se, nesta segunda (23), com o prefeito de Soure/PA, Guto Gouvea (PP/PA). Além disso, realizou visitas ao Ateliê Arte Mangue Marajó/PA, Associação dos Beneficiários de Açaí de Soure -ABAS e a infraestrutura turística Praia do Pesqueiro.

MCTI

Ministério da Tecnologia

Agenda do ministro - Marcos Pontes participa, na quarta (25), da abertura do Ciclo de Debates sobre o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação – Desafios e Dificuldades na Implementação, realizado pelo TCU.

MEC

Ministério da Educação

Agenda do Ministro - Milton Ribeiro participou, nesta segunda (23), do atendimento junto ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) aos municípios de São Paulo. Além disso, participou da inauguração da Escola Cívico-Militar - EMEF Prof. Lafayette Rodrigues Pereira em Taubaté/SP. Ademais, concedeu entrevista ao Programa Direto ao Ponto, Jovem Pan.

MMA

Ministério do Meio Ambiente

MME
Ministério de Minas e Energia

Agenda do ministro – Joaquim Leite participou, nesta segunda (23), de reuniões com os ministros Carlos França (Relações Exteriores) e Bento Albuquerque (Minas e Energia).

Agenda do ministro - Bento Albuquerque reuniu-se, nesta segunda (23), com o presidente Jair Bolsonaro. Além disso, participou de reuniões com o ministro Joaquim Leite (Meio Ambiente) e deputado Adolfo Viana (PSDB/BA).

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados

O Plenário da **Câmara dos Deputados** pode tentar apreciar mais uma vez o [PL 2337/2021](#), que altera a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Além disso, os deputados retomam a pauta remanescente da semana passada, que inclui, entre outros, o [PL 1026/2021](#), que determina que o índice de correção dos contratos de locação residencial e comercial não poderá ser superior ao índice oficial de inflação do País – IPCA; e a [PEC 17/2019](#), que altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais.

Senado Federal

O Plenário do **Senado Federal** poderá votar, entre outros projetos, a [PEC 13/2021](#), que desobriga a aplicação de percentuais mínimos no ensino, no exercício de 2020, em razão do desequilíbrio fiscal ocasionado pela pandemia; o [PL 5595/2020](#), que reconhece a educação básica e a educação superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais; o [PL 823/2021](#), Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19.

Comissões

TECNOLOGIA

Proteção de Dados Pessoais

Câmara | GT-NET | Terça (24) | 09h00

Audiência Pública – O Grupo de Trabalho de Aperfeiçoamento Legislação Brasileira – Internet (GT-NET) promove audiência pública para debater sobre “*Como Identificar Agentes Maliciosos sem Ferir a Proteção de Dados?*”. O evento contará com a presença, entre outros, da diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), **Miriam Wimmer**; de membro do Instituto Nacional de Proteção de Dados (INPD), **Samara Castro**; e do professor do Instituto de Direito Público (IDP), **Danilo Doneda**.

TCU | Plenário | Semana Toda | 09h00

Marco Legal de Ciência,
Tecnologia e Inovação

Ciclo de Debates – O Tribunal de Contas da União (TCU) realiza, entre os dias 25 e 27 de agosto, o Ciclo de Debates sobre o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação – Desafios e Dificuldades na Implementação. A abertura será às 9h do dia 25 de agosto e contará com a participação da presidente do TCU, ministra **Ana Arraes**, do ministro de Ciência e Tecnologia, **Marcos Pontes**, e do secretário-Geral de Controle Externo do TCU, **Leonardo Albernaz**.

GOVERNO

Câmara | CCTCI | Segunda (23) | 14h30

Privatização Ceitec

Audiência Pública – A Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados realizou, nesta segunda-feira, audiência pública para debater sobre as denúncias de irregularidades no processo de liquidação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec). O evento contou com a presença, dentre outros, do secretário-executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), **Sérgio Freitas de Almeida**; da coordenadora-geral de Entidades Vinculadas do MCTI, **Cristina Cabral de Miranda**; da diretora do Departamento de Governança e Avaliação de Estatais do Ministério da Economia (ME), **Erika Akemi Kimura**; e do assessor da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do ME, **Leonardo Raupp**.

Senado | CCJ | Terça (24) | 10h00

Recondução de cargo

Deliberativa – O procurador-geral da República, **Augusto Aras**, será sabatinado para ser reconduzido ao cargo, com mandato de dois anos. Ocasão em que o relator, senador Eduardo Braga (MDB/AM) apresentará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal seu parecer e voto a respeito da indicação.

Senado | CCJ | Quarta (25) | 10h00

Indicação de Autoridades

Deliberativa – A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal analisará também as indicações para composição do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), representando o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público dos Estados e o Ministério Público Militar.

Câmara | PEC 032/20 | Quarta (25) | 09h30

Publicidade e
Impulsionamento nas
Redes Sociais

Audiência Pública – A Comissão Especial da Reforma Administrativa realiza audiência pública com a presença do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), **Augusto Nardes**.

INFRAESTRUTURA

Câmara | CDU | Quarta (25) | 10h00

Cidades Inteligentes

Audiência Pública – A Comissão de Desenvolvimento Urbano realiza audiência pública para debater sobre o PL 976/2021 (Política Nacional de Cidades Inteligentes). Confirmaram presença o presidente da Federação das Empresas de Tecnologia da Informação (ASSESPRO), **Ítalo Nogueira**; o gerente de Novos Negócios da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ARDI), **Tiago Chagas Faierstein**; representando o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, **Edson Luis Cattoni** e **Alexandre Gobbo**.

	<p>Fernandes; e o diretor executivo da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (AMOBITEC), Flávio Marques Prol.</p> <p>Câmara CDU Sexta (27) 10h00</p> <p>Audiência Pública – A Comissão de Desenvolvimento Urbano dá continuidade aos debates sobre o PL 976/2021 (Política Nacional de Cidades Inteligentes).</p>
<p>MEIO AMBIENTE</p> <p>Agenda Programática MMA</p> <p>Desmatamentos e Queimadas na Amazônia</p> <p>Zoneamento Ecológico Econômico</p>	<p>Senado CMADS/CFFC Terça (24) 09h30</p> <p>Audiência Pública Conjunta – A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) promove audiência pública conjuntamente com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) com a presença do ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, para apresentar a nova agenda programática e as prioridades da nova gestão Ministerial.</p> <p>Senado CTFC Segunda (23) 16h00</p> <p>Audiência Pública – A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor realizou audiência pública para debater a prevenção e controle dos desmatamentos e queimadas na Amazônia brasileira. O evento contou com a presença, dentre outros, do ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite e do chefe da Assessoria de Temas Institucionais da Vice-Presidência da República e coordenador da Comissão Integradora do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL), Carlos Roberto Sucha.</p> <p>Câmara CMADS Quinta (26) 14h00</p> <p>Audiência Pública – A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável promove audiência pública para debater sobre os possíveis impactos que os projetos de Zoneamento Ecológico Econômico que podem gerar ao Brasil.</p>
<p>ECONOMIA</p> <p>Desoneração da Folha</p>	<p>Câmara CFT Quarta (25) 09h00</p> <p>Audiência Pública Extraordinária – A Comissão de Finanças e Tributação promove audiência pública para discutir a “Prorrogação do prazo quanto à contribuição patronal previdenciária sobre receita bruta (CPRB) a luz do PL 2541/2021”</p>
<p>EDUCAÇÃO</p> <p>EaD</p>	<p>Câmara CE Segunda (23) 10h00</p> <p>Audiência Pública – A Comissão de Educação promoveu audiência pública com objetivo de debater a Educação a Distância (EAD) no Ensino Superior, que contou com a presença, dentre outros, do secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Wagner Vilas Boas de Souza e de membro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC), Luiz Roberto Curi.</p>

Educação Inclusiva	Câmara CPD Terça (24) 14h00	Audiência Pública – A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) realiza audiência pública para debater a efetividade do direito à educação especial na perspectiva da educação inclusiva, envolvendo o ensino remoto e presencial, no contexto da pandemia de Covid-19.
COVID-19	Câmara CEX-COVID19 Terça (24) 14h00	
Vacinas		Audiência Pública – A Comissão Externa de enfrentamento à COVID-19 promove audiência pública para debater a Variante Delta do Coronavírus e a situação atual do SUS perante a pandemia de COVID-19.
COVID-19	Senado CTCOVID19 Quinta (26) 10h00	
Situação Fiscal e Execução Orçamentária		Reunião – Reunião mensal prevista em plano de trabalho para debater a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao controle da pandemia de Covid-19 contará com a presença do ministro da Economia, Paulo Guedes .
CPI PANDEMIA	Senado CPIPANDEMIA Terça (24), Quarta (25) e Quinta (26) 09h30	
Covid-19		Oitivas – A CPI ouve, nesta segunda, o depoimento de <u>Emanuel Catori</u> , sócio da Belcher Farmacêutica, para prestar esclarecimentos sobre as negociações para a venda da vacina chinesa Convidecia, do laboratório Cansino. Na quarta-feira a CPI ouve os depoimentos de <u>Roberto Pereira Ramos Kúnios</u> e <u>Luiz Henrique Lourenço Formiga</u> , diretores da FIB Bank, para prestar esclarecimentos quanto à forma como se deu a contratação da FIB Bank pela Precisa. Ainda, na quinta a Comissão Parlamentar de Inquérito ouve <u>Francisco de Araújo Filho</u> , ex-secretário de saúde do Distrito Federal, denunciado por organização criminosa, inobservância nas formalidades da dispensa de licitação, fraude à licitação, fraude na entrega de uma mercadoria por outra e peculato.

Política

XX Marcha dos Legislativos Municipais com abertura oficial dia 24 de agosto. Acontece essa semana a vigésima Marcha dos Legislativos Municipais, uma mobilização realizada e organizada anualmente pela União dos Vereadores do Brasil (UVB), em Brasília, com o objetivo de reunir as câmaras municipais do Brasil, através de seus integrantes (vereadores e vereadoras, assessores, diretores, procuradores e servidores), para debater o fortalecimento do legislativo municipal, a defesa do municipalismo e o momento político atual no cenário nacional. A abertura oficial será realizada no dia 24 de agosto, a programação completa do evento pode ser conferida pelo site da UVB. Fonte: UVB

Congresso se articula para dobrar valor do fundo eleitoral para no mínimo R\$ 4 bi, após veto de Bolsonaro. Após o presidente Jair Bolsonaro vetar trecho da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que destinava cerca de R\$ 5,7 bilhões ao Fundo Eleitoral, o Congresso Nacional se mobiliza para garantir ao menos R\$ 4 bilhões para as campanhas de 2022. A interlocutores, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou que os parlamentares não trabalham com valor menor. O montante é mais que o dobro do custo

das eleições gerais de 2018, quando as legendas tiveram R\$ 1,7 bilhão à sua disposição. Até que o veto de Bolsonaro seja analisado pelo Congresso, porém, ainda há incertezas sobre qual alternativa legal seria usada pelos parlamentares para fazer valer a vontade do Legislativo. Fonte: O Globo

Crise na relação entre Bolsonaro e Mourão atinge um dos piores momentos e já teve desabafo em tom de ameaça de renúncia. O presidente Jair Bolsonaro e seu vice, Hamilton Mourão, há tempos vivem um casamento típico de fachada, daquelas relações com quase nenhuma sintonia. A crise permanente — o general, em tom de desabafo, já chegou até a falar em renúncia — atingiu um dos piores momentos nas últimas semanas. Bolsonaro se sentiu traído ao descobrir pela imprensa que Mourão havia se encontrado às escondidas com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, um dos seus principais desafetos e contra quem ele promete apresentar um pedido de impeachment no Senado. O encontro que irritou o presidente por pouco não ocorreu. Um interlocutor já havia tentado agendá-lo, mas, inicialmente, Barroso resistia. O cenário só mudou quando os tanques foram para a rua: ao saber que Bolsonaro havia convocado seus ministros para acompanhar um desfile de veículos militares na Esplanada dos Ministérios, no último dia 10, horas antes de a Câmara derrotar a proposta de voto impresso, uma das principais bandeiras bolsonaristas, Barroso, que também preside o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), voltou atrás e pediu para o amigo em comum marcar a conversa com Mourão. Fonte: O Globo

LDO 2022 é publicada no Diário Oficial da União. Foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda (23) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022. O texto, com vetos parciais, foi sancionado na sexta-feira (20) pelo presidente Jair Bolsonaro. Após atender às despesas obrigatórias e de funcionamento dos órgãos públicos, as prioridades de investimentos da administração pública federal para o ano são a agenda para a primeira infância, o Programa Casa Verde e Amarela para municípios até 50 mil habitantes, o Programa Nacional de Imunização (PNI) e os investimentos plurianuais em andamento, previstos no Plano Plurianual da União 2020-2023. Fonte: Agência Brasil

Economia

Governo vai dar bônus à indústria que economizar energia elétrica. O MME (Ministério das Minas e Energia) publicou, na segunda-feira (23), a Portaria Normativa 22/2021, que traz as regras para a Oferta de Redução Voluntária de Demanda de Energia Elétrica – RVD. Assinada pelo ministro Bento Albuquerque, a medida, na prática, é um estímulo do governo à indústria para diminuir a pressão sobre o SIN (Sistema Interligado Nacional) durante a crise hídrica que tem impactado os reservatórios das hidrelétricas do país. A portaria ficará em vigor até 30 de abril de 2022. Fonte: Poder 360

Real desvalorizado faz remessas de brasileiros no exterior baterem recorde. A desvalorização do real intensificou o envio de remessas de dinheiro para o Brasil por brasileiros que moram no exterior. Foram R\$ 10,16 bilhões apenas no 1º semestre, ou US\$ 1,89 bilhão. As informações são do jornal O Globo. Segundo dados do Banco Central, o valor é recorde para um semestre desde o início da série histórica, em 2010. Também representa uma alta de 25% em relação ao 1º semestre de 2020 e de 36,5% em relação ao mesmo período de 2019, anterior à pandemia. Fonte: Poder 360

Comitê de Crise Covid-19 dialoga sobre geração de renda e mobilidade urbana. O Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19, coordenado pela Casa Civil, se reuniu nesta semana para tratar da geração de emprego e mobilidade urbana no contexto da pandemia. O ciclo de palestras do Comitê de Crise tem como objetivo discutir o planejamento político-estratégico e as projeções das políticas públicas. Na quarta-feira (18), o subsecretário substituto de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas do Ministério da Economia, Fábio Silva, tratou sobre o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), criado como meio de auxílio às micro e pequenas empresas em crise causada pela pandemia da Covid-19. Em 2021, o programa passou a ser uma política pública de crédito oficial e permanente. Fonte: ASCOM Casa Civil

Ciro Nogueira diz que autonomia do BC é 'irreversível'; ruído ocorre a 5 dias de julgamento da lei. O ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, disse na sexta-feira, 20, em sua conta no Twitter que a autonomia

do Banco Central “é um avanço histórico e irreversível”. Ele assegurou que não existe “nenhuma crise” entre o presidente Jair Bolsonaro e o presidente do BC, Roberto Campos Neto. “Eu disse que ia ser um amortecedor (entre poderes). Mas agora fala o extintor de incêndios”, disse. “Dou meu testemunho de que a reação do governo com o BC é excelente, que a autonomia da autoridade monetária é um avanço histórico e irreversível”, acrescentou. Fonte: O Estado de S. Paulo

Secretário de Guedes admite discutir retirar precatórios do teto como alternativa a parcelamento. O secretário especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Bruno Funchal, afirmou na sexta-feira, 20, que há possibilidade discutir a retirada dos precatórios ou pelo menos parte deles do teto de gastos, a regra que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação. “A princípio não gosto, mas também não vou negar de partir de discussão sobre isso”, disse, em webinar promovido pelo Jota. Precatórios são dívidas da União com pessoas físicas, jurídicas, Estados e municípios reconhecidas em decisões judiciais definitivas, ou seja, que não são mais passíveis de recursos e que devem ser pagas pelo governo. Este mês, o governo enviou ao Congresso uma proposta para parcelar em até dez anos esse tipo de dívida, cujo crescimento foi definido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, como “meteoro”. Fonte: O Estado de S. Paulo

Governo deve propor rombo de cerca de R\$ 70 bilhões em 2022. O governo deve enviar uma proposta de Orçamento para 2022 prevendo um déficit de cerca de R\$ 70 bilhões, segundo apurou o Estadão/Broadcast. A estratégia da equipe econômica é enviar primeiro o projeto e depois buscar condições políticas de reduzir a meta fiscal para algo próximo desse valor, o que depende do envio ao Congresso de uma alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano que vem, ainda não sancionada oficialmente. A equipe econômica defende a mudança da meta para não dar margem a despesas “extrateto”, isto é, fora do teto de gastos (regra que limita o crescimento das despesas à variação da inflação). Com a arrecadação extra e uma meta mais larga, poderia haver pressão para usar a válvula de escape sem que isso esbarrasse nas regras estipuladas na LDO. Fonte: O Estado de S. Paulo

Brasil lidera recuperação da atividade na América Latina. O Brasil lidera a recuperação econômica na América Latina. Na semana encerrada em 13 de agosto, o país foi o único da região que não registrou queda de mobilidade e manteve a retomada da atividade econômica em curso. Segundo tracker da consultoria Oxford Economics, o indicador do Brasil cresceu 0,9 ponto percentual acima do patamar pré-pandemia, o que pode ser atribuído à volta às aulas em boa parte das escolas. Para elaborar o indicador, a Oxford Economics compila dados de mobilidade do Google Mobility Report, taxas de novos casos e mortes por covid-19 reunidas pela Universidade Johns Hopkins e pesquisas on-line de palavras como “restaurante” e “hotel” do Google Trends - variáveis que buscam capturar também o nível de atividade off-line em lugares onde a interação social está se recuperando. Fonte: Valor Econômico

Investidor estrangeiro se afasta de privatizações com alta no risco fiscal e debate eleitoral antecipado no Brasil. Investidores estrangeiros que avaliavam ingressar no Brasil passaram a rever o apetite por projetos, principalmente de infraestrutura, por causa da deterioração do ambiente fiscal e econômico, em boa parte motivada pela antecipação da disputa eleitoral de 2022. Fundos de investimento, de pensão e operadores internacionais estudavam as propostas para participar das próximas concorrências. No entanto, eles decidiram esperar pelo próximo presidente. Fonte: Folha de S. Paulo

Judiciário

Confira a pauta da semana do STF. O Plenário do Supremo Tribunal Federal se reunirá na quarta (25), a partir das 14h. Dentre os itens da pauta está o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade que questiona a lei que garante a autonomia do Banco Central. Também, será julgada a ADI contra dispositivo da [Lei 12.996/2014](#), que altera o regime de outorga da prestação regular de serviços de transporte terrestre coletivo de passageiros desvinculados da exploração de infraestrutura, de permissão para autorização. Ainda na pauta do dia 25, o julgamento da ADI que questiona, no Supremo Tribunal Federal, a validade de normas que permitem o oferecimento de serviços interestaduais de transporte terrestre coletivo de passageiros sem procedimento licitatório prévio, mediante simples autorização. Fonte: STF

Segunda Turma do STF rejeita denúncia contra Ciro Nogueira por obstrução de investigação. Por 3 votos a 2, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal rejeitou a denúncia formulada pela Procuradoria-Geral da República contra o atual ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, e outros dois parlamentares do Progressistas. Os ministros analisaram o caso no plenário virtual, modalidade de julgamento em que os ministros divulgam seus votos em um sistema eletrônico, sem a necessidade de uma sessão presencial ou por videoconferência. O julgamento termina às 23h59 de hoje. Dois ministros votaram a favor do recebimento da denúncia: o relator, Edson Fachin, e a ministra Cármen Lúcia. Fonte: G1 Notícias

Rodrigo Pacheco diz não antever fundamentos técnicos, jurídicos e políticos para impeachment de ministro do STF. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou na noite de sexta-feira (20), em São Paulo, que não antevê fundamentos técnicos, jurídicos e políticos para impeachment de ministro do Supremo Tribunal Federal. Horas antes, um funcionário do Palácio do Planalto havia protocolado no Senado um pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal formulado pelo presidente Jair Bolsonaro. Fonte: G1 Notícias

Fachin vai ser o relator de ação de Bolsonaro que questiona inquéritos abertos pelo STF sem ouvir a PGR. O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), será o relator da ação apresentada na quinta-feira pelo presidente Jair Bolsonaro e a Advocacia-Geral da União (AGU) contra a possibilidade de a Corte abrir inquéritos sem a participação da Procuradoria-Geral da República (PGR). O pedido de Bolsonaro questiona um artigo do regimento interno da Corte que permite a abertura de investigações de ofício, ou seja, sem ser necessário ter ocorrido um pedido do Ministério Público, como é o caso do inquérito das fake news. O processo foi apresentado em meio às ameaças de apresentação de pedidos de impeachment contra os ministros Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes. A distribuição da ação para Fachin ocorreu por ser ele o ministro relator dos questionamentos ao inquérito das fake news feitos pela Rede e julgados em 2020. A ação da Rede gerou o que, no jargão jurídico, é chamado de prevenção para Fachin pegar um pedido do PTB contra o regimento. Isso, por sua vez, levou ao direcionamento da ação apresentada pelo presidente ao gabinete do ministro. Fonte: O Globo

Supremo encaminha ao Executivo proposta orçamentária para 2022. Conforme estabelece a Constituição Federal (artigo 99), o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, encaminhou para o Poder Executivo a proposta orçamentária do STF para 2022. O orçamento previsto é R\$ 767 milhões para o próximo ano. “A proposta contempla recursos indispensáveis ao custeio do regular funcionamento deste Supremo Tribunal e à execução de suas atividades e projetos em andamento”, ressaltou o ministro Fux na mensagem encaminhada à Presidência da República. O valor foi apurado de acordo com as diretrizes orçamentárias estabelecidas no Projeto de Lei do Congresso Nacional para o orçamento de 2022 (PLDO 03/2021). Entre as despesas aprovadas em sessão administrativa, estão previstos R\$ 495 milhões para as contas obrigatórias, R\$ 219 milhões para custeio e investimento e R\$ 52 milhões para encargos. A proposta não inclui qualquer reajuste nos subsídios dos ministros. Fonte: Portal STF

Supremo confirma constitucionalidade de atos que regulamentam mercado de valores mobiliários e CVM. O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2601, que questionava alterações na legislação federal sobre o mercado de valores mobiliários e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Na sessão da quinta-feira (19), a maioria do colegiado seguiu o voto do relator, ministro Ricardo Lewandowski, que entendeu não haver violação aos princípios constitucionais da separação dos Poderes e da hierarquia das leis, como alegava o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A Medida Provisória (MP) 8/2001, editada pelo então vice-presidente da República, Marco Maciel, alterou a Lei 6.385/1976, que dispõe sobre o mercado e a criação da CVM. Segundo a OAB, que ingressou com a ação em 2002, a medida teria sido editada quando já havia um Projeto de Lei (PL) sobre o mesmo tema aprovado pelo Congresso Nacional e que aguardava sanção da Presidência, violando, portanto, a Constituição Federal (artigo 62, parágrafo 1º, inciso IV). No entanto, o ministro Lewandowski acolheu parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR) segundo o qual o PL chegou a ser vetado para posterior edição da MP, com conteúdo igual. Nesse aspecto, o Plenário foi unânime em relação à improcedência da ação. Fonte: Portal STF

STF rejeita ação do PSL contra pena para fake news nas eleições. O plenário do STF, em julgamento virtual, julgou improcedente ação do PSL contra o § 3º do art. 326-A do Código Eleitoral, acrescentado pela

lei 13.834/19, que institui o crime de denúncia caluniosa para fins eleitorais. O colegiado acompanhou por unanimidade o voto da relatora, ministra Cármen Lúcia. O PSL ajuizou ação para suspender os efeitos de dispositivo do Código Eleitoral (lei 4.737/65) que institui o crime de denúncia caluniosa para fins eleitorais. O dispositivo foi vetado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, mas o Congresso Nacional derrubou o veto e restabeleceu a eficácia da norma. Fonte: Portal Migalhas

Reforma Tributária

Roberto Rocha (PSDB/MA) apresentará relatório da reforma tributária nesta semana. O relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária no Senado Federal, senador Roberto Rocha (PSDB/MA), afirmou, na segunda-feira (23/8), que apresentará o relatório da matéria até o fim desta semana. Rocha é o relator de uma das duas propostas que tratam do tema e estão sob análise do Congresso Nacional. A PEC 110 de 2019, que teve como primeiro signatário Davi Alcolumbre (DEM/AP), está sob análise do Senado, exclusivamente. Paralelamente, na Câmara, os deputados discutem sobre a PEC 45/2019. O Executivo é autor de um terceiro texto sobre o assunto. Trata-se do PL 3.887/2020, que institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS). Nos últimos dias, o Senado convocou audiências públicas com vários representantes de diferentes setores da economia para discutir aspectos da PEC 110. Nesta segunda, a Casa promove o terceiro debate sobre o tema. Estão previstos quatro encontros. A tendência é de que o relatório da proposta seja apresentado ao final das discussões. Fonte: Metrôpolis

Lira pressiona bancadas e tenta votar reforma do IR na terça-feira. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), está atuando nos bastidores para aprovar a reforma do Imposto de Renda na próxima terça-feira (24). Segundo o Valor apurou, Lira está ligando pessoalmente para os partidos e parlamentares e cobrando apoio, dizendo que a criação do novo Bolsa Família depende da aprovação dessa proposta. Um dos alvos da pressão é o Republicanos, partido que comanda o Ministério da Cidadania, que lançou o Auxílio Brasil (nome do novo Bolso Família), mas que, na semana passada, fechou questão contra a reforma e ajudou a forçar o adiamento. Lira deve se reunir com o presidente do partido, o deputado Marcos Pereira (SP), na segunda-feira (23) para tentar convencê-lo a mudar de opinião. Outras siglas que estão contra o parecer do deputado Celso Sabino (PSDB-PA) são o DEM, PSDB, Cidadania, Novo, MDB e PSD. Lira tem, segundo essas fontes, ligado para parlamentares aliados e “usado o peso do governo”, com a liberação de emendas do Orçamento, para persuadi-los a votar a favor do parecer e que divergências sejam resolvidas nos destaques. Fonte: Valor Econômico

Covid-19

Brasil alcança a marca de 75% da população adulta vacinada com a primeira dose. Na sexta-feira (20), o Brasil chegou à marca de 120 milhões de brasileiros vacinados com a primeira dose. O número corresponde a 75% da população adulta. Com a chegada de mais 131,4 milhões de doses de vacina Covid-19 no período, o País caminha para que toda a população adulta esteja vacinada até o fim de setembro. “Nós assumimos um grande desafio desde que começamos a vacinação no Brasil: vacinar o mais rápido possível os brasileiros. Seguimos firmes nesse propósito, confiantes de que estamos no caminho certo para conter a pandemia da Covid-19 e ter um cenário sanitário mais tranquilo. Cada dose aplicada é uma dose de esperança para os brasileiros”, afirma o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Fonte: ASCOM Casa Civil

Liberados mais de R\$ 574 milhões para o combate à Covid-19 na Atenção Primária. O Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde, ampliou o apoio aos municípios para melhorar o atendimento a pacientes com a Covid-19. Mais de R\$ 574 milhões foram liberados para credenciar mais de 2,7 mil estabelecimentos de saúde como centros comunitários e de atendimento para enfrentamento da Covid-19, garantindo o direito ao custeio de suas atividades. O recurso vem reforçar as medidas já adotadas pela Pasta para o fortalecimento da Atenção Primária no combate à pandemia. O incentivo financeiro irá ajudar com as despesas unidades em 2,2 mil municípios de julho a setembro de 2021, em valores totais que variam entre R\$ 180 mil e R\$ 300 mil

por unidade. Os repasses serão feitos em parcela única, do Fundo Nacional para os fundos municipais de saúde. Fonte: ASCOM Casa Civil

Último Foco

Abertas as inscrições para o Hackathon Rede +Brasil. O Ministério da Economia (ME) realizará, de 8 a 15 de setembro, o Hackathon Rede +Brasil, uma maratona de programação que pretende criar soluções digitais para a evolução da Plataforma +Brasil, que automatiza a gestão e o acompanhamento das transferências de recursos da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social) para estados e municípios. O evento, promovido em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e a Controladoria-Geral da União (CGU), ocorrerá em formato on-line, com transmissão pelo YouTube. As inscrições podem ser feitas até 5 de setembro. O evento terá como tema “Hackathon Rede +Brasil: mais Acessível e mais Colaborativo”. “O objetivo é que todos os apaixonados por tecnologia coloquem à prova sua criatividade e inovação para aprimorar a Plataforma +Brasil, que é uma ferramenta digital estratégica do governo federal”, explica o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do ME, Caio Mario Paes de Andrade. “Com o Hackathon, queremos estimular a colaboração dos cidadãos de uma forma inteligente e divertida para que contribuam com um serviço público cada vez mais eficiente e moderno”. Fonte: ASCOM ME

Abin renova contrato com TSE para cuidar da segurança das urnas eletrônicas. A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) renovou um contrato milionário com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para garantir a segurança das urnas eletrônicas. O acordo de cooperação mútua entre o órgão ligado ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e a Justiça Eleitoral, no valor de R\$ 2.455.140,00, mantém uma antiga parceria. Há 23 anos a agência atua no apoio à realização de eleições. Na contramão da antiga aliança, o diretor-geral da Abin, Alexandre Ramagem, usou as redes sociais para atacar o modelo atual de urna e defender a proposta do voto impresso, bandeira do presidente Jair Bolsonaro, derrubada pela Câmara no último dia 10. “Voto auditável significa evolução das urnas eletrônicas e segurança ao pleito eleitoral”, escreveu Ramagem no Twitter. “Assegura integridade e transparência aos resultados do sufrágio universal. Compromisso com a representatividade popular e a democracia”, ressaltou. “Eleições democráticas com contagem pública dos votos”. Fonte: O Estado de S. Paulo

Novo layout do eSocial torna a ferramenta mais acessível e simplificada. A nova versão do eSocial já foi implementada e traz novidades, dentre elas, atualizações nas soluções web e no aplicativo mobile. O sistema foi programado para simplificar o envio de informações pelos empregadores, com redução da quantidade de informações que devem ser enviadas, flexibilização em regras de validação e aproveitamento de informações constantes em outras bases de dados, de forma a não mais exigir as que já constam em outros sistemas administrados pela Receita Federal. O eSocial foi implantado junto aos empregadores de forma escalonada em cinco grupos de contribuintes, iniciando pelos empregadores domésticos em 2015, seguido pelas maiores empresas do país em 2018, até chegar às pequenas empresas e demais pessoas físicas em 2019. Por último, estão os órgãos da administração pública direta que iniciaram a transmissão de suas primeiras informações em julho de 2021. Fonte: ASCOM Governo do Brasil

Brasil quer taxa global maior para as múltis. O Brasil avalia que a maior revisão do sistema tributário internacional em um século resultará em ganho bastante modesto para o país, considerando as bases atuais do acordo em negociação. Por isso, uniu-se a outros emergentes na defesa de taxa mínima global acima de 15% sobre as multinacionais e melhora na partilha entre os países. As informações constam de resposta da Receita a requerimento da Câmara dos Deputados. Pela primeira vez o governo detalha sua posição na negociação, que mais de 130 países esperam concluir até o fim do ano sob a coordenação da OCDE. Fonte: Valor Econômico

Governo rejeita taxa digital por temer retaliação dos EUA. O governo Bolsonaro é contra a criação de Taxa sobre Serviços Digitais, como é o caso da Cide-Digital. Também rejeita a inclusão de cláusulas nos tratados internacionais que aloquem mais lucros para os países onde ocorre o consumo. Um dos temores é de retaliação por parte dos EUA. Essa posição é explicitada pela Receita em resposta a requerimento do deputado João Maia (PL-RN). Considera que o eventual encaminhamento ao Congresso de proposta de

introdução de alguma forma de tributação sobre o faturamento das grandes empresas de tecnologia (Digital Services Tax- DST) ou a tentativa de negociação de acordos com a introdução de artigo que trate da alocação do lucro relativo a serviços digitais nas jurisdições onde estão localizados os consumidores, como proposto pelo Comitê de Especialistas da ONU, “não são oportunos neste momento, tendo em vista o compromisso do país com as discussões em andamento na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e impõem obstáculos à capacidade de negociação do Brasil nesse fórum”. Fonte: Valor Econômico

TCU deve confirmar sinal verde para leilão de 5G nesta quarta-feira. Indicado pelo presidente Jair Bolsonaro, o ministro Jorge Oliveira, do Tribunal de Contas da União (TCU), obteve na quarta-feira sua primeira vitória no órgão. Ele liderou uma reação contra um pedido de vista do colega Aroldo Cedraz que poderia adiar em até dois meses a publicação do edital do leilão do 5G, que promete movimentar cerca de R\$ 45 bilhões. Oliveira recorreu a uma cláusula pouco usada do regimento interno do tribunal e conseguiu apoio dos demais ministros para reduzir para apenas uma semana o prazo da análise de Cedraz. Assim, a votação do plenário deve ser concluída na próxima quarta-feira, dando sinal verde para a publicação do edital pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Legalmente, a publicação de um edital de desestatização - como é o caso do 5G - não precisa do aval do TCU, mas a prática se tornou praxe nos últimos anos para evitar questionamentos posteriores. Fonte: Valor Econômico

Ataques hackers dobram no Brasil e levam empresas a aumentarem gastos com cibersegurança. O crescimento dos ataques de hackers — como o do Tesouro Nacional, no dia 13, e o da Renner, na última quinta-feira — tem atormentado as corporações em todo o mundo, levando empresas dos mais variados setores a aumentar os investimentos em segurança cibernética e reforçar o treinamento de funcionários. O Brasil é um dos principais alvos desse tipo de ação criminosa. Só no primeiro trimestre deste ano, houve 3,2 bilhões de tentativas de ataques no país, o dobro do 1,6 bilhão registrado no mesmo período de 2020, segundo levantamento da Fortinet, que atua na área de cibersegurança. Com a pandemia, que levou mais pessoas a trabalharem em casa, os sistemas ficaram mais vulneráveis por causa do maior número de acessos remotos, dizem especialistas. Fonte: O Globo

WhatsApp cede à pressão e deixa de exigir adesão à nova política de privacidade. Após articulação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), do Ministério Público Federal (MPF), do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), o WhatsApp Brasil se comprometeu a realizar uma série de ajustes em sua nova política de privacidade, em vigor desde 15 de maio. De acordo com nota técnica dos órgãos envolvidos, entre os compromissos assumidos pelo aplicativo de mensagens estão o ajuste da política de privacidade para refletir práticas de transparência, nos moldes em que já realiza para usuários da União Europeia; atualização dos termos sobre o WhatsApp Business, uma versão do aplicativo utilizada por empresas; elaboração do relatório de impacto, abarcando o tratamento de dados de crianças e adolescentes; e sistematização dos mecanismos de controle interno, entre outros. Fonte: Convergência Digital

Dieese: Venda de Serpro e Dataprev vai causar um apagão de informações. Para além dos riscos à privacidade e proteção de dados, a privatização de Serpro e Dataprev tem o condão de gerar um apagão de informações essenciais à pesquisa e às políticas públicas no Brasil. O alerta é do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, ao chamar a atenção para o impacto da transferência de informações fundamentais para a iniciativa privada. “Dataprev e do Serpro são fundamentais para as políticas públicas. Isso precisa ser levado em consideração quando isso vai para a iniciativa privada e se transforma em mercadoria. Para além da discussão sobre proteção de dados, é preciso garantir a democratização no acesso, inclusive por estados e municípios”, afirmou o coordenador técnico do Dieese, Fausto Augusto Júnior. Ele participou na sexta, 20/8, de audiência pública promovida pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados para discutir os planos de desestatização das empresas de tecnologia da informação do governo federal. Fonte: Convergência Digital

Anatel: valor do edital do 5G segue premissa do próprio TCU. A Anatel voltou a justificar a metodologia e precificação utilizados na minuta do edital do 5G, após "questionamentos manifestados e notícias equivocadas" sobre o tema, especialmente após a reunião do Tribunal de Contas da União (TCU) na última semana. Em comunicado na segunda-feira, 23, a agência reiterou esclarecimentos que havia feito ao próprio TCU, como o estabelecimento do valor presente líquido (VPL) e o benchmark internacional. Em especial, há

um rebate do ponto levantado pela área técnica do TCU, e ressaltada no pedido de vista do ministro Aroldo Cedraz, de que a precificação teria considerado capitais como Brasília, Curitiba e Salvador como inviáveis economicamente. Por considerar novo entrante, a metodologia, diz o regulador, não significa que se chegou "à conclusão de que a operação móvel é inviável em grandes cidades brasileiras, mas que empresas entrantes encontrarão maiores desafios para operar nessas cidades". Fonte: Teletime

'O 5G é um serviço caro e de elite', diz Baigorri. O conselheiro da Anatel Carlos Baigorri afirmou na sexta-feira, 20, temer pelas populações mais carentes do interior do País caso sejam retiradas as antenas parabólicas para a chegada do 5G. Ao ser perguntado sobre as recomendações do ministro Raimundo Carrero, do TCU, de iniciar o atendimento da tecnologia não pelas capitais, e sim por outras localidades menores, como uma maneira de reduzir as desigualdades digitais, Baigorri respondeu: "Entendo que a gente precisa discutir isso. Tenho preocupação com famílias que só têm acesso à comunicação por meio de parabólicas. Colocaremos isso em risco, em troca de um serviço 5G, que é caro e de elite? É uma preocupação operacional mesmo, 5G é caro e de elite", repetiu, durante live promovida pelo portal TeleSintese. A observação do conselheiro – que foi o relator da Anatel do edital do 5G – vai contra aos inúmeros discursos do governo federal, que promete conectar todo o Brasil, inclusive os mais de 40 milhões de pessoas que hoje não têm acesso nenhum à Internet. "Vamos acabar com esse deserto digital no país", prometeu o presidente Jair Bolsonaro (sem partido), em pronunciamento oficial. Fonte: Teletime

Internet nas escolas não deve ser responsabilidade de vencedores do 26 GHz. Ainda que utilizando recursos da venda da faixa de 26 GHz no leilão de 5G, o compromisso de conectividade em escolas públicas determinado pelo TCU não será responsabilidade das empresas que levarem os ativos. Conselheiro da Anatel, Carlos Baigorri cogitou na sexta-feira, 20, um modelo de execução das obrigações similar ao da rede privativa do governo federal e do projeto de infovias na Amazônia (o PAIS), mas seguindo ditames do Ministério da Educação (MEC). Como já apontado por TELETIME, a própria Entidade Administradora a Faixa de 3,5 GHz (EAF) pode ficar com a responsabilidade da operacionalização dos compromissos, apesar das diferenças entre naturezas. Fonte: Teletime

Pesquisa revela aumento de 86% em projetos de PD&I em transformação digital nos últimos 5 anos. A demanda por projetos industriais de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) na área de Transformação Digital aumentou em 86% nos últimos cinco anos. É o que aponta a pesquisa realizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPPII) e Rede MCTI/EMBRAPPII de Inovação em Transformação Digital. O levantamento, realizado entre os dias 23 e 30 de abril, ouviu os 21 centros de pesquisas (Unidade EMBRAPPII) de 13 estados diferentes, que compõem a Rede EMBRAPPII/MCTI de Inovação em Transformação Digital, e traz um panorama geral sobre a interação do ecossistema da Rede com o setor empresarial. "O mapeamento é uma ferramenta de planejamento. A partir dele, será possível reconhecer oportunidades e traçar estratégias de apoio à inovação em transformação digital na indústria para tornar o processo produtivo brasileiro mais eficiente, seguro e inteligente", destaca o diretor de Planejamento e Relações Institucionais da EMBRAPPII, Igor Nazareth. Fonte: TI Inside

Grupo de trabalho debate identificação de agentes maliciosos na internet. O grupo de trabalho da Câmara dos Deputados criado para analisar o Projeto de Lei 2630/20 e apensados, que propõem o aperfeiçoamento da legislação brasileira de internet, promove audiência pública na terça-feira (24) para discutir como identificar agentes maliciosos sem ferir a proteção de dados. O debate ocorre às 9 horas, no plenário 5, com a participação de especialistas no assunto. Os requerimentos para realização da audiência são dos deputados Natália Bonavides (PT-RN), Rui Falcão (PT-SP), Lídice da Mata (PSB-BA) e Orlando Silva (PCdoB-SP). Fonte: Agência Câmara

Ministério lança conexões 4G em comunidades de MS. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento inaugurou sábado (21) 34 pontos de conexão via satélite para comunidades de Mato Grosso do Sul. O lançamento ocorreu no Assentamento Taquara, área rural do município de Rio Brillhante, e contou com a participação da ministra Tereza Cristina. A meta, segundo a ministra, é colocar pelo menos um ponto de conexão hub - equipamento de rede responsável por conectar vários computadores em uma mesma rede local - na zona rural de cada município do estado, em parceria com o Ministério das Comunicações e o governo local. "É emocionante a gente ver esses pontos que estão recebendo o sinal 4G. Essa harmonia entre governos estaduais com governo federal facilita a vida", disse a ministra na cerimônia. Fonte: Agência Brasil

Declaração de inconstitucionalidade da Lei de Antenas de SP pode atrasar 5G na cidade. A lei sobre antenas da cidade de São Paulo não é mais válida desde quarta-feira. O STF julgou inconstitucional lei municipal de 2004 – por se chocar com regras federais de telefonia móvel. Isso, segundo se apurou, pode atrasar a instalação do sistema 5G na cidade: a tecnologia requer cinco vezes mais antenas do que o 4G. Fato: o tribunal vem reiterando esse entendimento em outras ações quando se trata de telecomunicações: os municípios precisam respeitar as leis da União e as normas da Anatel. Doristas comemoram a presença de Bruno Araújo em São Paulo nesta semana. Dizem que o presidente nacional do PSDB restabeleceu a boa relação que tinha com o governador e está se convencendo que Doria é o favorito nas prévias do partido para disputar a presidência da República em 2022. Fonte: O Estado de S. Paulo

Prefeitura de Niterói vai disponibilizar mais R\$ 11 milhões em empréstimos a micro e pequenas empresas. A prefeitura vai disponibilizar R\$ 11 milhões em créditos às micro e pequenas empresas da cidade através do Programa Supera Mais Ágil, nova fase do Supera Mais. A iniciativa pretende contemplar as empresas que ainda não receberam algum tipo de auxílio emergencial, mas as que já participaram do Programa Empresa Cidadã também poderão pleitear o empréstimo. O prazo para adesão começa na segunda-feira (23) e vai até 6 de setembro. O Supera Mais Ágil tem como uma das premissas fazer a análise de crédito de forma mais rápida. Até 6 de setembro, as empresas já inscritas no Supera Mais podem confirmar a intenção de participar do programa. As empresas ainda não inscritas devem fazer sua adesão. As inscrições poderão ser feitas no site da Secretaria de Fazenda de Niterói. Após o prazo, os lotes serão abertos de acordo com a demanda, e as prioridades, estabelecidas pelo Conselho Gestor do Fundo de Crédito Emergencial. Fonte: O Globo

Na Região Portuária, inovação e tecnologia devem ocupar área de dez mil metros quadrados em nova empreitada. Na intenção de encontrar um novo rumo para a cidade, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação vai dar forma, ainda este ano, ao projeto Porto Maravalley. A ideia é transformar uma área de dez mil metros quadrados numa espécie de Vale do Silício, região na Califórnia (Estados Unidos) que concentra start-ups e empresas de tecnologia, como Google, Apple e Facebook. O secretário Chicão Bulhões antecipa que a prefeitura já fechou com uma universidade privada e está em negociações com outras empresas para que se instalem no Santo Cristo, próximo aos dois primeiros empreendimentos residenciais lançados recentemente na Região Portuária. Fonte: O Globo

Bolsonaro move ação no STF contra inquérito sobre Fake News. O presidente Jair Bolsonaro ingressou com Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 877) no Supremo Tribunal Federal contra o artigo 43 do Regimento Interno da Corte (RISTF), dispositivo que embasou a abertura do Inquérito (INQ) 4781 para apurar notícias fraudulentas, ameaças e outros ataques feitos contra a Corte, seus membros e familiares, ocorridas em qualquer lugar do território nacional. A ação pede a concessão de liminar para suspender a norma do RISTF e, no mérito, a sua não recepção pela Constituição Federal. O artigo 43 do regimento determina que “ocorrendo infração à lei penal na sede ou dependência do Tribunal, o presidente instaurará inquérito, se envolver autoridade ou pessoa sujeita à sua jurisdição, ou delegará esta atribuição a outro ministro”. Fonte: Convergência Digital

PEC que desobriga gastos mínimos com educação será debatida na terça (24). O Senado realiza na próxima terça-feira (24), às 9h, sessão de debates sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 13/2021. Essa PEC, de autoria do senador Marcos Rogério (DEM-RO), desobriga União, estados, Distrito Federal e municípios da aplicação de percentuais mínimos de suas receitas na manutenção e no desenvolvimento do ensino, no exercício de 2020, devido à ao desequilíbrio fiscal provocado pela pandemia. A sessão será realizada de forma virtual e deve contar com a participação de representantes de entidades como a Confederação Nacional de Municípios (CNM), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), entre outras. Fonte: Agência Senado

Especialista defende uso de novas tecnologias contra evasão nas universidades. O representante do Conselho Nacional de Educação, Luiz Roberto Curi, defendeu na Câmara dos Deputados a reformulação dos currículos de graduação, com a inclusão da mediação tecnológica, para reverter o quadro atual de evasão, tornando a universidade mais atraente e útil para os alunos. Ele participou de reunião virtual do Centro de

Estudos e Debates Estratégicos da Câmara (Cedes), na quinta-feira (19), para discutir o uso de tecnologias na educação superior. Dados do Censo Educacional realizado em 2019 mostram que a evasão nas universidades particulares é de 60% no ensino presencial e de 64% na modalidade a distância, e nas universidades públicas é de 47% no ensino presencial. Fonte: Agência Câmara

MEC e Ministério da Cidadania lançam programa de qualificação profissional. O Governo Federal lançou, por meio do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Cidadania, na sexta-feira (20), uma nova fase do programa de qualificação profissional: o Qualifica Mais – Progredir. A iniciativa visa à inclusão produtiva e ao incentivo à formalização de beneficiários do Programa Auxílio Brasil como microempreendedores individuais, por meio da oferta gratuita de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). A estimativa é de que sejam investidos R\$ 37,5 milhões para a oferta das vagas. Participaram do evento de lançamento do Programa o Ministro de Estado da Educação, Milton Ribeiro; o Ministro de Estado da Cidadania, João Roma; e o secretário de educação profissional e tecnológica, Tomás Sant'Ana. Fonte: ASCOM MEC

MEC tem plano de expandir ensino a distância em universidades públicas. O secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Wagner Vilas Boas de Souza, anunciou, em debate na Câmara dos Deputados, que o MEC vai formular plano para expansão do ensino a distância (EAD) nas universidades públicas. Para concretizar o planejamento, será preciso aprovar um novo marco regulatório. Ele participou de audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, na segunda-feira (23). Segundo o secretário, esse plano está em fase final de elaboração e no dia 30 de agosto será discutido com o grupo de trabalho e com o Comitê de Orientação Estratégica, criados em outubro do ano passado pelo ministério para tratar do tema. O objetivo é cumprir a meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE). Fonte: Agência Câmara